

Estudo Técnico Preliminar 48/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08455.017496/2024-08

2. Descrição da necessidade

Trata-se o presente, de necessidade de nova contratação do serviço de limpeza de reservatórios, uma vez que anova soma excederá o limite estabelecido para aditamento do contrato vigente(17488376), que é de 25% (vinte cinco por cento). A mudança de quantitativo se dá em razão da conclusão do serviço de reforma e ampliação do reservatório da SR/PF/RJ (08455.010374 /2020-59) e pela inclusão das unidades descentralizadas Canil, NEPOM e Posto Especial de Polícia Federal no Aeroporto de Jacarepaguá.

Considerando que o serviço de limpeza e desinfecção das caixas d’água e cisternas é essencial para o fornecimento de água tratada potável e de boa qualidade nas dependências da Sede e Descentralizadas, bem como o cumprimento de normativos legais, orientações técnicas e exigências da vigilância sanitária, torna-se **urgente** a realização de nova contratação.

Segue abaixo quadro informando os imóveis ocupados pela SR/PF/RJ e demais descentralizadas, com respectivo volume de reservatórios que serão atendidos pela nova contratação.

UNIDADE	SIGLA	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro	SEDE	Rio de Janeiro	Avenida Rodrigues Alves, nº 01-Centro-Rio de Janeiro-RJ
Grupo de Pronto Intervenção	GPI/DREX/SR/PF /RJ	Rio de Janeiro	Avenida Almirante Sílvio de Noronha, nº 373, Centro — Rio de Janeiro/RJ
Canil da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.	CANIL/DRE /DRCOR/SR/PF/RJ	Rio de Janeiro	Área de apoio do aeroporto Internacional Tom Jobim-Rua C-S/N, Cep.21941-570
Posto Aeroporto de Jacarepaguá	GSA/DEAER/SR /PF/RJ	Rio de Janeiro	Av. Ayrton Senna, 2541 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, 22775-002
Delegacia de Polícia Federal em Niterói	DPF/NRI/RJ	Niterói	Praça Fonseca Ramos s/n-Centro-Cep. 24.030-020
Delegacia de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes	DPF/GOY/RJ	Campos dos Goytacazes	Rua Barão de Miracema, nº 158-Centro-Cep. 28035-300

Delegacia de Polícia Federal em Macaé	DPF/MCE/RJ	Macaé	Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº 230-Loteamento Novo Botafogo-Cep. 27947-280
Delegacia de Polícia Federal em Angra dos Reis	DPF/SR/PF/RJ	Angra dos Reis	Rua Benedito Pereira da Rocha, 463-A-Centro-Angra dos Reis-RJ-Cep. 23906-250
Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda	DPF/VRA/RJ	Volta Redonda	Avenida Sete de Setembro, nº 94/aterrado-Cep. 27213-160
Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu	DPF/NIG/RJ	Nova Iguaçu	Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, nº 25-Centro de Nova Iguaçu-Cep. 26210-260
Posto de Itaguaí da Polícia Federal	NFTI/ITG /DELEMIG/DREX /SR/PF/RJ	Itaguaí	Estrada da Ilha da Madeira, Km 2,5-s/n-Porto de Itaguaí-RJ-Cep. 23854-410
Posto de Petrópolis da Polícia Federal	POSPET/PET/PF /RJ	Petrópolis	Avenida Ayrton Senna, nº 699-Quitandinha-Petrópolis-RJ-Cep. 25650-340

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/RJ	Marco Antonio de Sá Rodrigues

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Tendo em vista que os bens e serviços a serem adquiridos enquadram-se como **bens comuns**, a Administração poderá utilizar a modalidade **Pregão**, conforme preceitua a Lei 14.133/2021.

O critério de escolha a ser utilizado poderá ser o de **menor preço** e a contratação deverá adotar como regime de execução a **empreitada por preços unitários**.

Finalmente, considerando a inter-relação dos diferentes endereços, recomendamos que a licitação seja em **item único**.

O parcelamento da solução não demonstra ser a opção mais vantajosa, em razão das seguintes condições descritas abaixo:

- Trata-se de impossibilidade de fracionamento por requisito de natureza econômica, visto que a pulverização em diversas localidades reduziria a economia de escala da contratação, com a qual a futura contratada poderia diluir custos fixos da prestação de serviço, ensejando menor custo unitário, o que representa vantagem para administração;
- Além disso, há também a vantagem na gestão dos recursos humanos envolvidos na gestão contratual e fiscalização;
- Bem como redução de possibilidade de licitação deserta ou fracassada em cidades de menor porte, sem mercado estabelecido para necessária prestação do serviço.

Isto posto, a solução adotada no presente Estudo Técnico Preliminar é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço **LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS**,

COM EMISSÃO DE LAUDO DE POTABILIDADE DA ÁGUA, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DOS IMÓVEIS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO -SR/PF/RJ E DESCENTRALIZADAS, conforme itens e suas respectivas quantidades, a saber:

- Obs.: Para conhecimento didático: um (01) m³ equivale a mil (1000) litros.

TABELA 1 : ATENDIMENTO DE ROTINA SEMESTRAL DO SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS, INCLUINDO EMISSÃO DE LAUDO DE ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA PARA CADA RESERVATÓRIO.

UNIDADE	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	SIGLA	RESERVATÓRIOS	CAPACIDADE (m³)	CAPACIDADE (m³) 30 meses
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Avenida Rodrigues Alves, nº 01- Centro-Rio de Janeiro-RJ	SEDE	01 CX 30.000 L 01 CX 73.000 L 02 CXs 18.000 L 02 Cisterna 350.500 L	840	4200
Grupo de Pronto Intervenção	Rio de Janeiro	Avenida Almirante Sílvia de Noronha, nº 373, Centro — Rio de Janeiro/RJ	GPI/DREX /SR/PF/RJ	02 CX 1.000 L	2	10
Canil da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro	Área de apoio do aeroporto Internacional Tom Jobim- Rua C-S/N, Cep.21941-570	CANIL /DRE /DRCOR /SR/PF/RJ	02 CX 1.000 L	2	10
Posto Aeroporto de Jacarepaguá	Rio de Janeiro	Av. Ayrton Senna, 2541 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, 22775-002	GSA /DEAER /SR/PF/RJ	02 CX 1.000L	2	10
Delegacia de Polícia Federal em Niterói	Niterói	Praça Fonseca Ramos s/n- Centro-Cep. 24.030-020	DPF/NRI /RJ	01 CX 5000 L 01 CX 20000 L	25	125
Delegacia de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	Rua Barão de Miracema, nº 158-Centro- Cep. 28035-300	DPF/GOY /RJ	03 CX s 1000 L	3	15
Delegacia de Polícia Federal em Macaé	Macaé	Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº 230- Loteamento Novo Botafogo-	DPF/MCE /RJ	01 Cisterna 17000 L 01 CX 5000 L 01 CX 1000 L	23	115

		Cep. 27947-280				
Delegacia de Polícia Federal em Angra dos Reis	Angra dos Reis	Rua Benedito Pereira da Rocha, 463-A-Centro-Angra dos Reis-RJ-Cep. 23906-250	DPF/SR/PF/RJ	02 CXs 1000 L 01 CX 5000 L	7	35
Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda	Volta Redonda	Avenida Sete de Setembro, nº 94 /aterrado-Cep. 27213-160	DPF/VRA/RJ	01 CX 5000 L (fibra) 01 CX 10000 L	15	75
Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu	Nova Iguaçu	Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, nº 25-Centro de Nova Iguaçu-Cep. 26210-260	DPF/NIG/RJ	02 CXs 1000 L 01 CX 20000L	3	15
Posto de Itaguaí da Polícia Federal	Itaguaí	Estrada da Ilha da Madeira, Km 2,5-s/n-Porto de Itaguaí-RJ-Cep. 23854-410	NFTI/ITG/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ	01 CX 500 L 01 CX 10.000 L(fibra)	10,5	52,5
Posto de Petrópolis da Polícia Federal	Petrópolis	Avenida Ayrton Senna, nº 699-Quitandinha-Petrópolis-RJ-Cep. 25650-340	POSPET/PET/PF/RJ	02 CXs 1000 L (PVC)	2	10
TOTAL						4.672,50

TABELA 2: PARA ACIONAMENTO EVENTUAL, A SER UTILIZADO EM CASO DE SUSPEITA DE CONTAMINAÇÃO DE ALGUM DOS RESERVATÓRIOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. (M³)
Serviços de higienização, limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios, incluindo emissão de laudo de análise físico-química para cada reservatório.	M³	450

Análise Laboratoriais físico-química	Unidade.	16
--------------------------------------	----------	----

5. Levantamento de Mercado

A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de manutenção capaz de executar serviço em tela, devendo a gestão ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Termo de Referência, a serem anexados ao corpo deste processo administrativo. Considerando a necessidade de inclusão ao preço do serviço a logística necessária para atender as unidades em todo estado do Rio de Janeiro, foi elaborada pesquisa direta com inúmeros fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, através de e-mail, contudo somente ocorreu o envio de proposta de um fornecedor. Face ao exposto, foi adotado composição de custos unitários iguais à mediana do item correspondente no sistemas oficiais de governo, Pesquisa de Preços, em atendimento ao preconizado no inciso I do Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

A visando Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de reforma de caixa d'água, por meio de pregão eletrônico, para atender a SR/PF/RJ e demais descentralizadas, em razão da necessidade de higienização, limpeza e análise laboratoriais dos equipamentos, advem do cumprimento de normas legais de melhor fornecimento de água.

A solução visa garantir aos usuários o acesso à água de qualidade compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, a partir de realização de manutenção e de limpeza e desinfecção dos reservatórios da SR/PF/RJ e demais descentralizadas, conforme regulamenta o Ministério da Saúde.

Os serviços de limpeza e desinfecção das caixas d'água e cisternas é essencial para o fornecimento de água tratada potável e de boa qualidade nas dependências da Sede e Descentralizadas, bem como o cumprimento de orientações técnicas e exigências da Portaria 2914 /2011 da ANVISA..

A contratação trata-se de serviço comum, continuado, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. O critério de escolha a ser utilizado poderá ser o de **menor preço** e a contratação deverá adotar como regime de execução a **empreitada por preços unitários**. Devendo a licitação ser realizada em um único lote.

O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 anos.

No caso em tela, tais serviços devem ser executados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária para atender às necessidades de ação preventiva evitando a proliferação de bactérias ou sujeiras, eliminando as existentes, bem como manter a qualidade da água para uso e consumo humano.

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Alvará de funcionamento;
- Registro ou Licença da Vigilância Sanitária;
- Licença ambiental adequada ao objeto contratado;
- Licença ambiental (INEA);
- Certificado de Registro Higienização CRH (INEA), conforme Norma Operacional NOP-INEA-18;
- Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros;
- Bônus: Livro de Reclamações;
- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

-Serviço de limpeza de Caixa d'água:

- Obs.: Para conhecimento didático: um (01) m³ equivale a mil (1000) litros.

TABELA 1 : ATENDIMENTO DE ROTINA SEMESTRAL DO SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO QUÍMICA DE CAIXAS D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS, INCLUINDO EMISSÃO DE LAUDO DE ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA PARA CADA RESERVATÓRIO.

UNIDADE	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	SIGLA	RESERVATÓRIOS	CAPACIDADE (m³)	CAPACIDADE (m³) 30 meses
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Avenida Rodrigues Alves, nº 01- Centro-Rio de Janeiro-RJ	SEDE	01 CX 30.000 L 01 CX 73.000 L 02 CXs 18.000 L 02 Cisterna 350.500 L	840	4200
Grupo de Pronto Intervenção	Rio de Janeiro	Avenida Almirante Sílvio de Noronha, nº 373, Centro — Rio de Janeiro/RJ	GPI/DREX /SR/PF/RJ	02 CX 1.000 L	2	10
Canil da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro	Área de apoio do aeroporto internacional Tom Jobim- Rua C-S/N, Cep.21941-570	CANIL /DRE /DRCOR /SR/PF/RJ	02 CX 1.000 L	2	10
Posto Aeroporto de Jacarepaguá	Rio de Janeiro	Av. Ayrton Senna, 2541 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, 22775-002	GSA /DEAER /SR/PF/RJ	02 CX 1.000L	2	10
Delegacia de Polícia Federal em Niterói	Niterói	Praça Fonseca Ramos s/n- Centro-Cep. 24.030-020	DPF/NRI /RJ	01 CX 5000 L 01 CX 20000 L	25	125
Delegacia de Polícia Federal em Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	Rua Barão de Miracema, nº 158-Centro- Cep. 28035-300	DPF/GOY /RJ	03 CX s 1000 L	3	15
Delegacia de Polícia Federal em Macaé	Macaé	Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº 230- Loteamento Novo Botafogo- Cep. 27947-280	DPF/MCE /RJ	01 Cisterna 17000 L 01 CX 5000 L 01 CX 1000 L	23	115
TABELA 2: PARA AÇÃOAMENTO EVENTUAL, A SER UTILIZADO EM CASO DE SUSPEITA DE CONTAMINAÇÃO DE ALGUM DOS RESERVATÓRIOS						
Delegacia de Polícia Federal em Angra dos Reis	Angra dos Reis	Pereira da Rocha, 405- A-Centro- RJ	DPF/SR/PF /RJ	02 CXs 1000 L 01 CX	UNIDADE 7	QUANT. (M³) 35

Serviços de higienização, limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios, incluindo emissão de laudo de análise físico-química para cada reservatório.		Avenida Sete de Abril, nº 23006-250	DPF/NIG /RJ	01 CX 5000 L (fibra)	15	450	O serviço de limpeza e
Delegacia de Polícia Federal em Volta Redonda	Análise Laboratorial Físico-química. DPE/VRA	Volta Redonda /aterrado- Cep. 27213-160	DPF/VRA /RJ	01 CX 10000 L	15	16	
Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu		Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, nº 25-Centro de Nova Iguaçu- Cep. 26210-260	DPF/NIG /RJ	02 CXs 1000 L 01 CX 20000L	3	15	
Posto de Itaguaí da Polícia Federal		Estrada da Ilha da Madeira, Km 2,5-s/n-Porto de Itaguaí- RJ-Cep. 23854-410	NFTI/ITG /DELEMIG /DREX/SR /PF/RJ	01 CX 500 L 01 CX 10.000 L(fibra)	10,5	52,5	
Posto de Petrópolis da Polícia Federal		Avenida Ayrton Senna, nº 699- Quitandinha- Petrópolis- RJ-Cep. 25650-340	POSPET /PET/PF /RJ	02 CXs 1000 L (PVC)	2	10	

TOTAL	4.672,50
-------	----------

desinfecção de caixas d'água será realizado semestralmente, salvo em caso necessidade eventual, que será acionado conforme ocorrência, devendo a empresa no prazo de 48h do acionamento, proceder com o atendimento da ocorrência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 208.781,25

Valor estimado para contratação, R\$208.781,25 (duzentos e oito mil setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), conforme pesquisa de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme disposto no inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e

economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”.

Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da reforma, fica impraticável o parcelamento da contratação. Diante da experiência e conhecimento, opta-se, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta do serviço, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há previsão de contratação correlata tendo em vista que o processo será executado de forma integral pelo vencedor de cada item. Ou seja, os vencedores vão fornecer os materiais, fazer a instalação, fornecer os profissionais para a instalação, bem como toda a estrutura de equipamentos, transporte dos profissionais, frete dos produtos adquiridos e inclusive limpeza dos espaços trabalhados toda e qualquer outra necessidade para a finalização do serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação visa a atender as demandas expostas no Termo de Formalização da Demanda e está de acordo com o planejamento do órgão, conforme Código no PGC da UASG 2024, Documento de Formalização da Demanda No. 176/2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Garantir boas condições de desempenho das atividades policiais e administrativas e da unidade, a fim de melhor atender a toda a comunidade, interna e externa.

Promover, como gestão pública, as condições adequadas de trabalho, visando à eficiência, eficácia, conforto, segurança, economicidade, sustentabilidade, além da prezar pelas condições de melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à comunidade.

Destaca-se ainda, a inexistência de quadros funcionais para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes. De modo não dispõe das condições para execução direta desses serviços, razão pela qual necessita da contratação de limpeza e desinfecção das caixas d'água e reservatórios que atendem a SR/PF/RJ e demais unidades descentralizadas.

O resultado pretendido é melhoria significativa da qualidade da água consumida na instituição e os definidos para cada tipo de serviço quando da descrição da necessidade da contratação, que em suma se apresenta abaixo:

- a) Espera-se que a solução apresentada mantenha as instalações das superintendência e demais unidade descentralizadas em pleno funcionamento, com boa qualidade da água, garantindo aos usuários integridade física e proteção da saúde;
- b) A solução esperada visa disponibilizar água de qualidade distribuída aos usuários de forma que, acondicionada adequadamente em reservatório periodicamente limpos, se mantenha potável e em condições de uso e consumo conforme determina os órgãos de controle.

Manter os extintores de incêndio abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, mitigando eventual dano e garantindo ações necessárias de segurança contra incêndio das edificações de forma a preservar o patrimônio público, as instalações, os equipamentos, o acervo documental e a integridade física dos servidores, bem como do público em geral que circulam nas unidades de Polícia Federal e do meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

Permitir livre acesso ao local de execução do objeto nos horários estipulados aos funcionários da contratada autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social).

Acompanhamento dos serviços, incluindo realização das manobras de água que se fizerem necessária por parte da equipe de manutenção predial.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando a minimização dos impactos ambientais, decorrentes de obras e outros serviços, a Administração Pública deve aplicar critérios e promover ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos por ela, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 6º da Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 12.187/2009 e ao art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, e também ao Decreto nº 7746/2012.

Segundo o art. 4º, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes de sustentabilidade, as seguintes ações quando couber, entre outras:

- a) práticas que gerem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência pelo uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- g) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Nesse íterim, seguem abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora, quando couber, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- I - A otimização de recursos materiais;
- II - A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- III - Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- IV - Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- V - Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.

- VI - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- VII - Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;
- VIII - Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva.

Ainda, com relação à sustentabilidade na execução de serviços, e em respeito a Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, o edital de contratação de serviços deverá prever a adoção, por parte das licitantes, das seguintes práticas, quando couberem:

- I - Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II - Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III - Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV - Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V - Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - Promoção da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII - Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII - Destinação ambiental a adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Considerar o preconizado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU, dentre os quais:

Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

- a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.
- a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.
- b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada; b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição; c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
- g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

De acordo com a IN no. 5/2017, SEGES/MPDG, a Administração deve atentar para a inserção de exigências de sustentabilidade na execução do serviço, conforme disposto no Caderno de Logística (Anexo VI – B da IN 5/2017).

Quando os serviços de limpeza abarcam itens já sujeitos a regramento próprio (descarte adequado de pilhas, lâmpadas e pneus usados; utilização de aparelhos eletrodomésticos; utilização de produtos cujo fabricante deve estar inscrito e regular no CTF-Ibama, etc.), cabe reproduzir também as disposições específicas de cada item.

A licitante deverá, ainda, sem prejuízo das ações anteriores, apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, quando couber, conforme modelo que deverá constar em edital. Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA SOARES DE SOUZA DO SACRAMENTO

Membro da comissão de contratação